

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas o Balanço Patrimonial do Tonio, Busnello S.A. - Túneis, Terraplenagens e Pavimentações - Em Recuperação Judicial, encerrado em 31 de dezembro de 2023, bem como, as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. Consoante as normas em vigor, apresentamos as demonstrações contábeis consolidadas, onde evidencia-se uma redução de 32% na Receita Operacional em relação ao ano de 2022. A redução da receita no ano de 2023 foi decorrente da redução no volume de vendas de materiais e peças, bem como, da redução na execução de obras de engenharia e infraestrutura. Com este cenário, apresentamos nos investimentos por parte de alguns clientes, onde vimos diminuir as oportunidades de negócios e de outras obras de engenharia e infraestrutura. Com este cenário desfavorável foram reforçadas as medidas de redução de custos, buscando atingir o equilíbrio e manutenção das operações em andamento no ano de 2023. A utilização de ferramentas de controle de custos das obras com o BI - Business Intelligence foi consolidada dentro das operações da empresa. O processo de Recuperação Judicial segue em andamento, sendo o cumprimento do regime de recuperação de longo prazo, nos termos do Plano de Recuperação e deliberação do Conselho de Administração da empresa. O plano de mercado, vislumbramos uma modesta retomada econômica no cenário nacional, que nos leva a projetar uma melhoria na performance operacional e financeira da empresa para o exercício. Oportunizar nossos colaboradores a todos os funcionários e colaboradores pela dedicação demonstrada no decorrer do exercício findo. Colocamo-nos ao inteiro dispor dos (as) senhores (as) para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. Porto Alegre, 30 de abril de 2024. A Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - (em R\$)

Table with columns: ATIVO, NE, 2023, Controladora, 2022, 01/01/2022, Consolidado, 2023, 2022, 01/01/2022. Rows include Circulante, Não Circulante, and Total do Ativo.

Table with columns: DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - (em R\$). Rows include Receita Operacional, Resultado Líquido do Exercício, and Resultados Financeiros.

Table with columns: DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - (em R\$). Rows include Atividades Operacionais, Investimentos, and Financiamento.

Table with columns: DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - (em R\$). Rows include Saldos em 31 de dezembro de 2021, Saldos em 31 de dezembro de 2022, and Saldos em 31 de dezembro de 2023.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - (em R\$) 1. Contexto Operacional: A sociedade tem por objeto a construção de túneis, execução de obras subterrâneas e a céu aberto, serviços de terraplenagem e pavimentação, pontes, viadutos, barragens, hidrelétricas, obras de arte especiais, bem como a implantação de infraestruturas necessárias, projetos de engenharia, pesquisa mineral, processamento e comercialização de agregados minerais utilizados na construção civil, fabricação, exportação e importação de máquinas e equipamentos, transporte de agregados de construção civil, produtos perigosos, máquinas e equipamentos, compra e venda de bens imóveis, agropecuária e incorporação de empreendimentos imobiliários, facultado o exercício destas atividades também em território estrangeiro. A Companhia ajuizou ação de recuperação judicial na data de 01/04/2019, tendo o feito sido distribuído à Vara de Direito Empresarial, Recuperação de Empresas e Falências de Porto Alegre - RS, onde recebeu o nº 001/19.002809-8 em decisão proferida no termo de ID 10.016. A decisão que deferiu o pedido de recuperação também estipulou a apresentação do plano de recuperação judicial no dia 21/06/2019 ao Juízo da Vara de Direito Empresarial, Recuperação de Empresas e Falências de Porto Alegre - RS. Na data de 29.01.2021 foi homologado o plano de recuperação original e seu modificativo, prevendo o pagamento dos credores num prazo de até 15 (quinze) anos, com diversos escalões de pagamento, sendo que os pagamentos são realizados em parcelas de até 15 (quinze) meses, com a venda de imóvel colocado à disposição do juízo e dos recursos a serem gerados nas operações normais da Companhia, conforme projeto de resultados e de geração de caixa que é parte integrante do plano de recuperação aprovado.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Gerais - NBC TGS (a) Critérios de Consolidação: No processo de consolidação os saldos de transações entre as empresas foram eliminadas e deslucradas as parcelas de lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários. b) Demonstrações Financeiras Consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e integralmente das controladas e coligadas. c) Autorização à emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da empresa em 30 de abril de 2024. d) Moeda Funcional: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

Table with columns: Empresa, Atividade, 2023, 2022 (Reapresentado). Rows include Tibasa Ltda., TBP Empreendimentos em Energia Ltda., Energia Nascente Part. e Neg. Energéticos S/A, ZBT Empreendimentos Imobiliários Ltda., TBP Gramado Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.

3. Principais Práticas Contábeis: a. Ajustamento do resultado: As receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício de acordo com o regime de competência. Os custos são reconhecidos contabilmente por um mês de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial no grupo instituições financeiras, no passivo circulante. c. Contas a receber de clientes: Estão demonstradas de acordo com as provisões contraídas de cada obra, e contemplam créditos oriundos de receitas contratadas e futuras, líquidas de provisão para inadimplência, sendo que o mesmo tratamento foi aplicado às receitas oriundas de contratos de prestação de serviços. d. Estoques: Os estoques de materiais e peças estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, que não excedem ao valor de mercado. Os estoques de imóveis destinados à venda (circulante) estão avaliados a valor justo. e. Investimentos: Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. f. Imobilizado: O imobilizado é mensurado pelo custo histórico menos depreciação acumulada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados periodicamente. g. Estimativas contábeis: A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações financeiras da Companhia incluem certas estimativas referentes às provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, provisões para contingências, provisões para perdas sobre créditos e outras avaliações residuais. Os resultados das revisões podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável. i. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os elementos integrantes do ativo e do passivo de longo prazo foram submetidos aos ajustes para o reconhecimento do valor presente. O mesmo tratamento foi aplicado aos passivos de curto prazo, naqueles casos em que os efeitos operacionais foram considerados relevantes. j. Redução ao valor recuperável de ativos: Em cumprimento ao contido na Norma 01 do CPC, a Companhia efetuou uma análise sobre a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, com o objetivo de verificar a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização significativa. Como resultado da referida análise, não foram identificadas situações que indiquem que os valores registrados contabilmente por um mês de caixa incluem o caixa, de ser recuperado por uso ou venda. k. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos pelos valores contratuais acrescidos de taxas de juros "pro rata die". l. Receitas Diferidas: Representa as receitas de contratos de curto prazo apropriadas e de competência de exercícios futuros, deduzidas dos custos correspondentes. No consolidado considera, também, as receitas diferidas oriundas da venda de imóveis em construção em controladas e coligadas. m. Depreciação: Os valores de depreciação e TBP Gramado Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda., que são apropriadas à medida de seu recebimento.

Table with columns: ATIVO, NE, 2023, Controladora, 2022, 01/01/2022, Consolidado, 2023, 2022, 01/01/2022. Rows include Circulante, Não Circulante, and Total do Ativo.



Nome do arquivo: ArquivoAssinado\_58a19635-665f-41ae-9047-0f204b0eb4ff..pdf

Autenticidade: Documento íntegro



DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICADOR
PROCERGS CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COM Responsável: LUIZ FERNANDO SALVADORI ZACHIA	03/05/2024 08:41:54 GMT-03:00	87124582000104 22094644049	Assinatura válida

Documento Assinado Digitalmente

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.






Nome do arquivo: ArquivoAssinado\_b302fadc-e260-4c3b-81b8-80d68053b4db..pdf

Autenticidade: Documento íntegro



DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICADOR
PROCERGS CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COM Responsável: LUIZ FERNANDO SALVADORI ZACHIA	03/05/2024 08:42:09 GMT-03:00	87124582000104 22094644049	Assinatura válida

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

 <small>TONIOLO, BUSNELLO</small> <small>TONIOLO, BUSNELLO</small>	DIRETORIA		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		CONTADOR	
<small>### Continuação</small>	<b>LUCIANO BUSNELLO AMORIM</b> Diretor CPF 737.685.450-91	<b>ROGERIO AGUIRRE DIAS</b> Diretor CPF 400.219.710-72	<b>WANDERLEY JOSÉ GARCIA</b> Presidente	<b>LEANDRO TONIOLO KREY</b> Vice Presidente	<b>LUCIANO BUSNELLO AMORIM</b> Conselheiro	<b>FRANCISCO SALATINO</b> Contador - CRC RS 076946/O-0 CPF 017.996.190-01
<b>RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS</b>						
<p>Ilmos. Srs. Diretores e Acionistas de</p> <p><b>TonioLO, Busnello S/A – Túneis, Terraplenagens e Pavimentações - Em Recuperação Judicial</b> - Porto Alegre - RS</p> <p><b>Opinião:</b> Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da <b>TONIOLO, BUSNELLO S/A – Túneis, Terraplenagens e Pavimentações - Em Recuperação Judicial</b>, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como, as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da <b>TONIOLO, BUSNELLO S/A – Túneis, Terraplenagens e Pavimentações - Em Recuperação Judicial</b> em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p><b>Base para opinião:</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p><b>Ênfases - Recuperação judicial e continuidade operacional:</b> Conforme descrito na nota explicativa nº 01 às Demonstrações Contábeis, a Companhia, ajuizou ação de recuperação judicial na data de 01/04/2019, deferida em 09/04/2019. A decisão que deferiu o pedido de recuperação também estipulou a apresentação do plano de recuperação judicial no dia 21/06/2019, ao Juízo da Vara de Direito Empresarial, Recuperação de Empresas e Falências de Porto Alegre - RS, tendo sido determinada a publicação do edital de que trata o art. 53, parágrafo único, da Lei 11.101/05, que foi cumprido pela Companhia. Na data de 29.01.2021 foi homologado o plano de recuperação original e seu modificativo, prevendo o pagamento dos credores em até 15 (quinze) anos, com diversos escalonamentos e ordem de preferência legais. Em 31 de dezembro de 2023, as demonstrações contábeis foram preparadas, assim como os ativos e passivos classificados e valorizados, presumindo a continuidade normal dos negócios. Dessa forma, o pressuposto de continuidade adotado na preparação das demonstrações contábeis dependerá da realização dos ativos e o pagamento dos seus passivos, direitos e obrigações diretamente vinculados à aprovação do plano de recuperação e o sucesso em sua implementação, fatores essenciais para definir a viabilidade da continuidade normal dos negócios da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.</p> <p><b>Parcelamento de tributos:</b> Conforme descrito na nota explicativa nº 19, no curso de suas operações a Companhia aderiu aos diversos programas de parcelamentos de tributos disponibilizados pelos governos federal e estadual, classificados nas demonstrações financeiras como parcelamentos especiais e parcelamentos ordinários. Para a adesão a esses programas e consolidação de todas as suas dívidas fiscais, parceladas ou não, a empresa deliberou pela desistência de discussões judiciais sobre impostos não reconhecidos à sua devida época em razão da expectativa de perda remota manifestada por seus assessores jurídicos. Esses parcelamentos encontram-se atualizados pelos encargos e encontram-se com parcelas de curto prazo em dia. A Companhia se adequou às normas das Portarias PGFN nos 14.402 de 2020, 2.381 e 2.382 de 2021, que determinam prazos e condições favoráveis às empresas em recuperação judicial, com redução de encargos financeiros em montante significativo. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.</p> <p><b>Outros Assuntos - Demonstrações contábeis do exercício anterior examinadas por outro auditor:</b> O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes do reconhecimento de depósitos e processos tributários, além, da revisão dos saldos de fornecedores e do ativo imobilizado. Os ajustes alcançaram o montante de R\$ 41.789 mil descritos na nota 27, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 14 de abril de 2023. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2023, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa 27, que foram efetuados para alinhar os valores correspondentes relativos às demonstrações contábeis de 2022. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2022 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assessoria sobre as demonstrações contábeis de 2022 tomadas em conjunto.</p> <p><b>Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:</b> A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.</p> <p><b>Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:</b> A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e/ou suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.</p> <p><b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.</p> <p>Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • <b>Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.</b> • <b>Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.</b> • <b>Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.</b> • <b>Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.</b> • <b>Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.</b> • <b>Obtemos evidência apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo, e consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</b></p> <p>Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.</p> <p style="text-align: right;">Barueri, 02 de maio de 2024.                  RUSSELL BEDFORD BRASIL                  AUDITORES INDEPENDENTES S/S                  2 CRC/RS 5.460/O-0 T- SP                  ROGER MACIEL DE OLIVEIRA                  Contador 1 CRC RS 715059/O 3 - T - SP - Sócio Responsável Técnico                  ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO GUARDA RODRIGUES                  Contadora CRC RS 65.932/O-7                  Diretora Técnica</p>						



Nome do arquivo: ArquivoAssinado\_24c8fc9a-a051-47d4-927a-2cf0324568b6..pdf

Autenticidade: Documento íntegro



DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICADOR
PROCERGS CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COM Responsável: LUIZ FERNANDO SALVADORI ZACHIA	03/05/2024 08:42:29 GMT-03:00	87124582000104 22094644049	Assinatura válida

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.